

MULHERIDADES E TERRITÓRIOS URBANOS INSURGENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE

WOMANHOODS AND INSURGENT URBAN TERRITORIES: AN ANALYSIS FROM AN INTERSECTIONALITY PERSPECTIVE

Valéria Milena Rohrich Ferreira¹

Antonio Jorge Ferreira Severino²

Resumo: Este artigo consiste em uma revisão sistemática de literatura que analisa, por meio da interseccionalidade, a produção acadêmica brasileira sobre mulheridades e espaços urbanos. Partindo de pesquisas que articulam gênero e território, a análise incorpora outras dimensões, como raça, classe, sexualidade e geração, para discutir experiências e resistências nas cidades. O estudo aponta tendências teóricas e metodológicas, lacunas de pesquisa e a potência de epistemologias insurgentes, ressaltando práticas cotidianas de luta, cuidado, saberes e afetos.

Palavras-chave: Mulheridades; Espaço Urbano; Interseccionalidade; Resistências; Cotidiano.

Abstract: This article consists of a systematic literature review that analyzes, through the lens of intersectionality, Brazilian academic production on womanhood and urban spaces. Based on studies that articulate gender and territory, the analysis incorporates other dimensions, such as race, class, sexuality, and generation, in order to discuss experiences and forms of resistance in cities. The study identifies theoretical and methodological trends, research gaps, and the potential of insurgent epistemologies, highlighting everyday practices of struggle, care, knowledge and affects.

Keywords: Womanhood; Urban Space; Intersectionality; Resistance; Everyday Life.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora Titular – Universidade Federal do Paraná; E-mail: valeriarohrich@gmail.com; ORCID: 0000-0002-8096-2175.

2 Doutorando em Educação – Universidade Federal do Paraná; Professor – Secretaria da Educação do Ceará; E-mail: antonio.severino@ufpr.br; ORCID: 0000-0003-4517-1789.

Abrindo caminhos, traçando territórios

As cidades brasileiras se constituem como espaços de disputa onde se entrelaçam desigualdades históricas e profundas relacionadas a gênero, raça, classe, sexualidade, geração e território. Essas dimensões, longe de atuarem isoladamente, se interseccionam e se entrecruzam, como demonstrou a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989) ao desenvolver o conceito de interseccionalidade e, no contexto brasileiro, como já antecipava a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1984), em suas análises sobre o lugar da mulher negra na formação social do país. Tais opressões, articuladas, incidiram sobre a produção de uma configuração urbana marcadamente androcêntrica, patriarcal, colonial e capitalista.

Nesse jogo desigual de forças, as mulheridades estão entre os grupos mais atingidos. Opta-se aqui pelo termo “mulheridades” justamente para recusar uma ideia universalista e homogênea de “mulher”, compreendendo o feminino como plural, situado e atravessado por questões de raça, classe, sexualidade, geração e território. O conceito abarca, portanto, mulheres negras, periféricas, lésbicas, trans, migrantes, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, cis, profissionais do sexo, jovens, idosas, cuidadoras, entre outras tantas, reconhecendo que cada uma dessas posições produz experiências qualitativamente distintas na relação com o espaço urbano.

Contudo, se as mulheridades são oprimidas nessa configuração espacial tensa e excludente, elas também resistem cotidianamente a essas pressões. Essas práticas de resistência podem ser compreendidas pelo pensamento de Michel de Certeau (1994), que as definiu como táticas: ações inventivas e silenciosas produzidas por aqueles que não dispõem de um “lugar próprio”, isto é, por sujeitos que operam no terreno do outro, aproveitando as brechas, ocasiões e falhas para subverter a ordem estabelecida. Por outro lado, as estratégias são operadas por indivíduos, grupos ou instituições que contam com “lugar próprio”, espaço esse totalizador, estruturado e reconhecido, a partir do qual se calculam relações de poder e disciplinam o espaço.

Ao jogarem no terreno do adversário, as mulheridades alteram as redes de poder por meio de pequenas indisciplinas, solidariedades e do que Certeau (1994, p. 90) denominou “arte do desvio”. Como astutas caçadoras, elas criam caminhos para sobreviver mais um dia nas cidades. O território assim produzido é situado, insurgente, gazeteiro, desobediente, *outsider*. É um território onde se pode existir e reexistir a cada novo dia, a cada novo golpe e contragolpe do cotidiano urbano. Reexistir, nesse sentido, é alterar geografias impostas, é criar formas outras de enfrentar as opressões, é reinventar-se com dignidade e autonomia. Reexistir é chacoalhar territórios homogêneos e

estereotipados, produtores de “ideias-mesmas”, trazendo para a cena urbana corpos, linguagens e modos de vida dissidentes que recusam jogar um jogo feito de injustiças e exclusões constantes.

É esse duplo movimento que este artigo se propõe a discutir: de um lado, as opressões múltiplas e interdependentes que incidem sobre as mulheridades nos territórios urbanos; de outro, as táticas cotidianas de resistência e reexistência que elas engendram. Interessa-nos também compreender como, nesse jogo espacial, as mulheres produzem, «com» seus territórios, outros corpos e outras epistemologias que desestabilizam as certezas da ciência moderna. São essas epistemologias situadas e insurgentes que estarão no cerne das reflexões.

Para isso, foram mapeadas pesquisas que capturam esses movimentos. Na sequência, destacam-se aspectos teóricos, apresenta-se o percurso metodológico da revisão sistemática e, por fim, analisa-se o panorama da produção acadêmica selecionada.

Sublinha-se uma opção política que atravessa todo o texto: sempre que possível, optou-se por citar o nome completo das autoras (e também dos autores), como forma de dar visibilidade ao trabalho de pesquisadoras cujas contribuições, historicamente, têm sido invisibilizadas nos circuitos acadêmicos – uma tática, também ela, de afirmação e resistência.

1. Uma breve discussão sobre as vivências e desigualdades interseccionais das mulheridades nos territórios

Viver no espaço urbano é um desafio. Para as mulheridades, mais ainda. Inúmeras vezes, as mulheres sofrem situações aviltantes e injustas em seus territórios de vida. Frente a situações opressoras, contudo, elas também aprendem desde cedo a jogar o jogo espacial, respondendo às violências sofridas com táticas insurgentes, lutas por direitos e redes de solidariedade. Para compreender essa dinâmica complexa, é necessário situar teoricamente alguns conceitos fundamentais com os quais este trabalho opera.

A opção pelo termo “mulheridades” afirma-se justamente na recusa de uma ideia essencializante de “mulher”. Como ensina a intelectual estadunidense bell hooks (1995), não há uma experiência feminina única, pois as mulheres vivenciam o mundo a partir de lugares sociais distintos, marcados por hierarquias de raça, classe, sexualidade e território. Lélia Gonzalez (1984) já advertia, no contexto brasileiro, que a mulher negra ocupava um lugar específico na formação social, quase nunca contemplado pelas análises feministas hegemônicas. É nesse sentido que o termo mulheridades busca

captar a pluralidade de modos de ser mulher e instiga a compreensão de como essas diferentes posições produzem experiências qualitativamente distintas na relação com o território urbano.

Tais experiências, marcadas por opressões entrelaçadas e interdependentes, instigaram a formulação do conceito de interseccionalidade. Para a pesquisadora Alícia González e colegas (González *et al.*, 2023, p. 68), o conceito advém de teorias feministas não hegemônicas do final do século XX, sobretudo do feminismo negro e dissidente estadunidense, e pretende abarcar as sucessivas formas de dominação e de opressão que incidem sobre diferentes mulheres, compreendendo como essas distintas dimensões da opressão atuam simultaneamente na vida de sujeitos e coletivos.

Kimberlé Crenshaw (1989, 2002), que desenvolve o termo, analisa que as diferentes dimensões da desigualdade não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam, produzindo fortes e duradouras opressões. Já para a socióloga estadunidense Patricia Hill Collins e para a cientista social turca-canadense Sirma Bilge (2021), a interseccionalidade diz respeito ao modo como o poder opera na sociedade, isto é, como estruturas de poder como racismo, patriarcado, capitalismo e heteronormatividade se articulam na produção de experiências sociais opressoras. A intelectual brasileira Carla Akotirene (2019), ao situar a interseccionalidade no contexto diaspórico brasileiro, parte das experiências de mulheres negras para iluminar os modos como as opressões se sobrepõem nos corpos e nos territórios.

No que concerne aos conceitos espaciais de território, cidade e urbano, embora em algumas pesquisas eles apareçam compreendidos apenas como contexto ou suporte físico onde se desenvolvem as relações sociais, na maioria das vezes emergem como parte ativa dessas relações, jogando juntamente com outras dimensões interseccionais (raça, classe, gênero etc.) tanto na produção de desigualdades quanto de potencialidades.

Entre os teóricos do urbano, o geógrafo brasileiro Milton Santos (2006), que pesquisou e escreveu durante quase todo o século XX, desenvolveu a ideia de um território em movimento, constituído por fixos e fluxos capazes de revelar desigualdades e possibilidades. Já a geógrafa britânica Doreen Massey (2008), produzindo no mesmo período, propunha a análise do espaço como arena permanentemente disputada por diferentes sujeitos e projetos políticos. O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2020), por sua vez, buscou compreender as multiterritorialidades presentes no território, articulando dimensões materiais e simbólicas.

Pesquisadoras e pesquisadores que interseccionam as diferentes dimensões da desigualdade vêm produzindo férteis investigações que denunciam o quanto o urbanismo das cidades brasileiras tem sido desenhado para aprofundar opressões. A socióloga Maria Nilza da Silva (2006), por exemplo, ao analisar a cidade de São Paulo, demonstrou como a distribuição da população pelo território não se relaciona apenas com questões de classe, mas também de cor e raça, produzindo uma hierarquização que mantém a população negra em áreas periféricas ou com menor infraestrutura.

Pesquisadoras que analisam o tipo de produção epistemológica espacial que moradores e moradoras das periferias produzem “com” seus territórios têm observado a emergência de um outro currículo de cidade. Esse currículo é “outsider”, como propõe a pesquisadora da educação, Valéria Ferreira (2016), é insurgente. As operações cognitivas produzidas quando nomeiam seus locais de vida criam outros sentidos de cidade. É com a “perifa”, o “fundão”, a “quebrada”, a “borda”, o “beco”, como demonstra a socióloga Márcia dos Santos (2023), que moradores e moradoras produzem saberes situados, plenos de reflexões críticas.

Tais epistemologias, no entanto, não são consideradas pela escola nem pela vida social, porque entram em conflito com os saberes hegemônicos produzidos pelas cidades midiáticas e seus sujeitos dominantes, que propagam cada vez mais uma gentrificação de ideias (Ferreira *et al.*, 2024) e de pessoas. Essas “ideias-mesmas” invisibilizam o outro e sobrepõem epistemologias que lhes convêm, produzindo, como denuncia a filósofa brasileira Sueli Carneiro (2005), um verdadeiro epistemicídio, um “apagamento epistemológico simbólico” e injusto, tal como teorizado pela filósofa Miranda Fricker (2023, p. 117) em sua formulação sobre injustiça epistêmica.

Ainda sobre a relação entre território e mulheridades, as feministas latino-americanas, por estarem mais próximas da realidade do Sul Global e por buscarem des-eurocentrar o feminismo, trazem discussões particularmente pertinentes para a compreensão do que acontece deste lado do mundo. A socióloga argentina María Lugones (2008), por exemplo, problematiza a colonialidade de gênero no território latino-americano, mostrando como o sistema colonial-moderno impôs um modelo binário, hierárquico e racializado de gênero que subalternizou corpos e saberes não hegemônicos. Essa imposição teve e tem expressões territoriais concretas, manifestas no tipo de organização patriarcal das cidades latino-americanas, na segregação espacial de corpos racializados e na hiperexposição de determinados corpos à violência.

A filósofa e escritora dominicana Yuderkys Espinosa Miñoso (2019) convida a pensar os feminismos latino-americanos descoloniais como projetos políticos que emergem da crítica à universalidade da “mulher” no feminismo europeu e estadunidense. Para a autora, é necessário compreender como a colonialidade opera na produção das diferenças e como as mulheres racializadas e empobrecidas da região constroem epistemologias outras, ancoradas em suas experiências de opressão e resistência.

A antropóloga afro-dominicana Ochy Curiel (2013) desenvolve essa crítica ao propor um feminismo antirracista e anti-imperialista que parta das lutas concretas das mulheres latino-americanas e caribenhas, articulando gênero, raça, classe e sexualidade como dimensões inseparáveis da dominação.

O que este feminismo busca demarcar é que não há corpo sem território e que o território também é corpo, um “território-corpo-terra”, como formulam as feministas comunitárias latino-americanas reunidas no trabalho organizado por Miriam García-Torres e suas colegas (García-Torres *et al.*, 2023, p. 33). É assim, por exemplo, que as populações indígenas andinas compreendem a América Andina não como composta de estados-nações estanques, mas como a Abya Yala, um território complexo e fluido que luta contra colonialismos e neocolonialismos impostos por mineradoras extrativistas que patriarcalizam os territórios, produzindo violência ambiental e física contra as mulheres (García-Torres *et al.*, 2023).

É nesse mesmo contexto que a intelectual maia-xinka guatemalteca Lorena Cabnal (2010) defende a noção de corpo-território. Para ela, o corpo não é apenas afetado pelas opressões do território; ele é, ele mesmo, território em disputa. As violências que incidem sobre os corpos femininos, racializados e dissidentes são também violências territoriais, assim como as resistências que partem desses corpos produzem novas territorialidades.

É, portanto, nesse fértil encontro entre mulheridades, territorialidades, interseccionalidades e perspectivas decoloniais (denominadas por alguns de descoloniais, como forma de territorializar esse pensamento na América Latina) que as análises a seguir se fundamentam e prosseguirão.

2. Entre rastros e percursos

A revisão sistemática da literatura abrangeu a análise de teses e dissertações que relacionavam espaço urbano e gênero e, especificamente, pesquisas que mobilizaram a interseccionalidade para compreender essa relação. A busca foi realizada exclusivamente no Banco de Teses e Dissertações (BDTD), por se tratar de uma base de acesso aberto que reúne produções acadêmicas

defendidas em instituições de ensino superior brasileiras.

Os critérios de inclusão foram: trabalhos acadêmicos (teses ou dissertações) defendidos entre 2014 e 2024, período que capta o contexto recente das lutas feministas interseccionais no Brasil, e que abordam a relação entre espaço urbano e gênero de forma interseccional, contemplando também raça, classe, sexualidade, geração ou território.

O processo de seleção ocorreu em quatro etapas. Na primeira, partiu-se do descritor “interseccional” associado ao operador booleano de truncamento “*”, o que resultou na identificação de 2.352 trabalhos. Na sequência, aplicaram-se filtros por idioma (português, inglês e espanhol), período (2014-2024) e incluíram-se no campo “assunto” os seguintes termos: “cidade”, “espacialidade”, “urbano”, “socioespacial”, “mobilidade urbana”, “movimentos socioespaciais”, “segregação espacial”, “territorial” e “territorialidade”. Esse refinamento reduziu o universo para 740 trabalhos.

Na terceira etapa, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, selecionando aqueles que abordavam explicitamente questões de gênero, o que resultou em 74 pesquisas para análise aprofundada. Na quarta etapa, foram aplicados critérios de exclusão: 6 trabalhos duplicados foram descartados; 10 apresentavam temas distantes do escopo desta revisão; 14 não demonstravam foco explícito em questões espaciais (os termos apareciam apenas para localizar geograficamente a pesquisa, sem discussão teórica do espaço); e outros 14 não abordavam de forma substantiva questões relacionadas a gênero.

Restaram, assim, 30 pesquisas que atenderam integralmente aos critérios estabelecidos, articulando de maneira consistente as temáticas de território, gênero e outras dimensões interseccionais da desigualdade. Com essa base consolidada, realizou-se uma primeira leitura transversal de cada trabalho, extraíndo informações gerais: local da pesquisa, ano de defesa, objetivos, metodologias empregadas e referencial teórico mobilizado. A etapa seguinte consistiu na leitura aprofundada das ideias centrais, dos conteúdos e dos conceitos fundamentais de cada pesquisa.

A seguir, o Quadro 1 apresenta o *corpus* final com o qual se trabalhou, organizado por autoria, ano, área de pós-graduação, tipo de produção e tema central.

Quadro 1: *Corpus de análise* (Teses e Dissertações)

Autora/Autor	Ano	Área (PPG)	Tipo	Tema Central
Talita Cabral Machado	2016	Geografia (UFG)	Tese	Analisa a apropriação do espaço urbano por mulheres feministas sob perspectiva interseccional.
Thaís Lopes Santana Isaías	2017	Direito (UFMG)	Diss.	Investiga a luta por moradia e protagonismo feminino em ocupações urbanas.
Juliana Przybysz	2017	Geografia (UEPG)	Tese	Estuda as espacialidades de mulheres prostitutas e o exercício da maternagem.
Natália Alves da Silva	2018	Arquitetura. e Urbanismo (UFMG)	Diss.	Discute feminismo negro e a produção do espaço em ocupações urbanas.
Nildamara Theodoro Torres	2019	Ciências Sociais (UFRRJ)	Diss.	Analisa medo, assédio e estratégias de sobrevivência em transportes coletivos.
Isa da Silva Sorrentino	2019	Saúde Coletiva (USP)	Diss.	Realiza etnografia sobre territorialidade, vulnerabilidade e estigma de profissionais do sexo.
Daiane da Silva Pacheco Nery	2020	Serviço Social (UERJ)	Diss.	Analisa o direito à moradia sob ótica interseccional (gênero, raça e classe).
Ana Carolina S. Marques	2021	Geografia (UNESP)	Diss.	Investiga o Hip Hop como ampliação de espacialidades para mulheres negras.
Louise Hermania O. Marques	2021	Direitos Humanos (UFPB)	Diss.	Aborda invisibilidade lésbica e o impacto do poder em espaços institucionais.
Nathalie do Prado	2021	Arquitetura. e Urbanismo. (USP)	Diss.	Estuda a invisibilidade das mulheres na mobilidade a pé e políticas públicas.
Livia Perfeito Sampaio	2021	Arquitetura e Urbanismo. (UFF)	Diss.	Analisa segregação espacial e cotidiano de mulheres nos subúrbios cariocas.
Bruna dos Santos Galincho	2021	Antropologia (USP)	Diss.	Estuda a mobilidade periférica como prática política e negociação de desigualdades.
Iris Leonhardt Pavan	2022	Ciência Política (UnB)	Diss.	Relaciona segregação urbana e divisão sexual do trabalho em Brasília.
Laura Mattos Fortes	2022	Engenharia de Transportes (USP)	Diss.	Analisa desigualdades de classe e raça em sistemas cicloviários.

Luiz Donizetti Ruiz Junior	2022	Arquitetura. e Urbanismo (USP)	Diss.	Propõe re-imaginar o planejamento urbano a partir de experiências LGBTQ+.
Maria dos Remédios B. Viana	2022	Sociologia (UFMA)	Diss.	Mapeia movimentos feministas e protagonismo feminino.
Marina Coelho de Souza	2022	Arquitetura e Urbanismo. (UFES)	Diss.	Analisa a feminização do poder em movimentos de luta por moradia.
Anna Letícia Araújo Leal	2022	Arquitetura e Urbanismo (UFU)	Diss.	Estuda a interseccionalidade e invisibilidades de mulheres negras.
Andressa Lopes Ribeiro	2023	Planej. Urbano (UFRGS)	Diss.	Investiga a “mobilidade do cuidado” e o planejamento urbano feminista.
Wilians Ventura F. Souza	2023	Geografia (UNESP)	Diss.	Realiza leitura socioespacial do movimento LGBTQIAP+ como ator territorial.
Anderson de Andrade Silva	2023	Psicologia (UFRN)	Diss.	Estuda o medo e a violência na mobilidade como barreiras ao acesso ao ensino superior.
Ana Carolina S. Barbosa	2023	Geografia (UFF)	Tese	Estuda espacialidades de “trans-existência” e reapropriação do corpo.
Luiza Santos Alves	2023	Geografia (UFES)	Tese	Relaciona interseccionalidade, trabalho doméstico e a cozinha como espaço de análise.
Poliana Gonçalves Monteiro	2023	Arquitetura e Urbanismo (UFF)	Tese	Propõe “imaginações feministas” e ontologias de Abya Yala no urbanismo.
Cynthia B. A. Bustamante	2023	Arquitetura e Urbanismo (UFMG)	Diss.	Explora matripotência e a ancestralidade negra na produção do espaço urbano.
Janaína Léia P. da Silva	2024	Psicologia (UFAM)	Diss.	Estuda o sofrimento e a resistência de mulheres amazônidas migrantes no ensino superior.
Leticia G. M. da Silva	2024	Geografia (UFMG)	Diss.	Estuda trajetórias de mulheres em situação de rua sob ótica contra-hegemônica.
Ana Carolina S. Marques	2024	Geografia (UNESP)	Tese	Analisa práticas espaciais periféricas (slams) na constituição de “periferias vivíveis”.

Rebeca da Rocha Azevedo	2024	Geografia (UFF)	Diss.	Estuda os sentidos de lugar e “casa” como espaço de alívio e opressão.
Isis Detomi Teixeira	2024	Arquitetura e Urbanismo (UFSC)	Diss.	Analisa as contribuições da interseccionalidade sensível ao espaço para o urbanismo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise do perfil das pesquisas revela dados significativos. Observa-se que 90% dos trabalhos foram produzidos por mulheres. Esse dado, embora não deva ser interpretado de forma essencialista, sugere a centralidade de pesquisadoras na produção do conhecimento sobre a temática, indicando um campo acadêmico majoritariamente feminino.

Quanto à distribuição por campos disciplinares, identificou-se uma concentração significativa, e já esperada, nas áreas que tradicionalmente tomam o espaço como objeto de análise: Arquitetura, Urbanismo e Geografia (20 trabalhos; 66,7%). As demais áreas – Ciências Sociais (5), Direito (2), Psicologia (2) e Saúde Coletiva (1) – somam 33,3%, com total ausência da Educação, lacuna preocupante. Essa lacuna sugere que as questões urbanas e territoriais podem não estar incorporadas ao escopo da área ou, quando estão, figuram em posição marginal nas investigações educacionais.

Diante desse panorama, emergem questões fundamentais que orientam a análise subsequente, afinal, o que essas 30 pesquisas revelam sobre a relação entre mulheres e territórios? Quais dimensões interseccionais são priorizadas nas discussões acadêmicas recentes? Para responder a essas perguntas, organizou-se o conteúdo do corpus em dois eixos conectores de análise. O primeiro eixo discute os conteúdos e as práticas apresentados nos trabalhos, isto é, as formas como as mulheres vivenciam, resistem e transformam os territórios urbanos. O segundo eixo examina os aspectos metodológicos, ou seja, os caminhos investigativos percorridos pelas pesquisas para captar, interpretar e dar visibilidade a essas experiências.

3. Eixo-conector 1: mulheres e seus territórios desiguais, seus conteúdos, suas práticas

Nas pesquisas analisadas, o território aparece, às vezes, como uma das dimensões da desigualdade (ou marcadores), e em outras, de forma transversal (assim como o tempo). De qualquer forma, poucas vezes ele apareceu nas pesquisas apenas para localizar espacialmente lugar onde ocorriam desigualdades e hierarquias (um pouco como se fosse um cenário inerte) e na maioria das vezes, demonstrou jogar o jogo das opressões de

forma ativa com outras dimensões (de gênero, raça, classe, sexualidade e geração). Assim, o que importa será perceber nos trabalhos a seguir, esse duplo movimento, o espaço como produto das relações sociais, mas também, ele mesmo, como produtor de desigualdades e/ou de potencialidades. Dito de outra forma, será importante observá-lo sendo socializado por pessoas, mas também socializando (Jean-Yves Authier, 2006), pois, uma vez que o espaço tenha sido organizado por humanos e pela natureza de uma determinada forma e não de outra, ele passa a operar e agir (induzindo, por exemplo, a determinado caminho e não outro, impedindo acesso a determinados corpos etc.). E dentro desse movimento, observar um terceiro, o das resistências.

Primeira ideia-chave: Mobilidade Espacial das mulheridades, desigualdades de acesso e táticas nos percursos

A maior parte das pesquisas destacou que a mobilidade espacial não é um problema técnico, restrito à oferta de transporte ou à distância entre origem e destino, mas envolve a distribuição assimétrica de recursos e infraestruturas, restrições de circulação e de segurança. Como um mecanismo gerador de desigualdade, ela define acessos diferenciados ao trabalho, ao estudo, à saúde e ao lazer, inibindo a presença e o direito de muitas mulheres a permanecer e participar do espaço público.

Para ancorar tais análises, algumas pesquisas partem de epistemologias decoloniais ou descoloniais feministas latino-americanas, que se recusam a compreender a mobilidade espacial como um indicador neutro de “desenvolvimento urbano”, mas sim, como parte de um regime moderno-colonial de governo do território e do corpo. Esse regime dita quais corpos podem circular com legitimidade e quais circulam sob vigilância, medo e precariedade.

Um dos estudos parte das reflexões da pesquisadora Yuderkys Espinosa Miñoso (2019) que denuncia como epistemologias hegemônicas, inclusive no feminismo, universalizam noções de emancipação associadas à modernização e à mobilidade social, ignorando que, para corpos racializados e empobrecidos, “acessar” a cidade pode significar apenas acessar novas formas de exploração e controle. A segregação espacial afeta, portanto, de maneira interseccional, corpos racializados, feminizados e empobrecidos.

As pesquisas de Anderson Silva (2023) e Nathalie do Prado (2021) demonstram que a mobilidade urbana materializa exclusões sobrepostas (Andressa Ribeiro, 2023), sedentarizando e segregando de modo mais intenso mulheres pretas e pardas, de modo a imbricar hierarquias raciais e

de classe. Laura Fortes (2022) indica a desigualdade de gênero no acesso a sistemas cicloviários, e Nildamara Torres (2019) evidencia a violência nos transportes coletivos contra mulheres negras e pobres.

As pesquisas sobre mobilidade urbana de mulheres periféricas apontam que o deslocamento cotidiano é prática social produtora de subjetividades e conhecimentos encarnados. Bruna Galicho (2021), em sua etnografia com mulheres da periferia sul de São Paulo, revela como os incansáveis cálculos de tempo, as táticas de proteção nos ônibus – como “fazer amizade” com motoristas ou compartilhar localização com familiares constituem um saber situado sobre a cidade, forjado no compartilhamento de experiências sobre transporte público, trajetos e rotas seguras.

Na mesma direção, Rebeca Azevedo (2024) mostra como as mulheres do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, enfrentam a precariedade da mobilidade em territórios periféricos, onde a distância entre casa e trabalho se soma ao medo em dias de operação policial, reconfigurando os sentidos do percurso. Já Luíza Alves (2023), ao analisar o espaço privado, lembra que a mobilidade feminina não se restringe ao espaço público. É também no trânsito entre a cozinha de casa, o trabalho doméstico não remunerado e as redes de cuidado e proteção, que muitas mulheres negras constroem suas territorialidades. Nesse processo, inclusive, o próprio corpo se configura em um corpo-território (Cabnal, 2010), incansável no cuidado, na constituição de redes de apoio, no enfrentamento e na luta política por direitos.

Por outro lado, as pesquisas mostram táticas de proteção e resistência como simular uma conversa ao telefone para comunicar que alguém as espera (Silva, 2023); usar o direito ao desembarque noturno fora do ponto regular, ou pegar o ônibus “errado” para fugir de um assédio iminente (Prado, 2021); sentar perto do cobrador quando se sentem perseguidas (Torres, 2022); e fazer longos desvios de bicicleta para evitar rotas inseguras (Fortes, 2022).

Essas ações cotidianas materializam, na mobilidade urbana, o que Certeau (1994) denominou de táticas, astúcias que criam brechas no espaço hostil. Esses pequenos sucessos diários podem criar microfissuras na cidade androcentrada e colonialista, fazendo com que ela reveja e repense seu planejamento urbano.

Segunda ideia-chave: Dinâmicas do medo e redes de solidariedade entre mulheres no espaço público

As pesquisas analisadas evidenciam como múltiplas desigualdades estruturam experiências de insegurança, assédio e violência nos espaços públicos. Juliana Przybysz (2022) documenta a marginalização de mulheres prostitutas nas ruas de Ponta Grossa; Isa Sorrentino (2019) mostra como raça, geração e escolaridade configuram vulnerabilidades no bairro da Luz, em São Paulo; Janaína Silva (2024) revela o racismo enfrentado por mulheres amazônidas migrantes mesmo em espaços acadêmicos tidos como “seguros” (p. 08).

A pesquisa de Anna Leal (2022) com mulheres da Comunidade Cidade Cristo Rei - MG revela como o estigma territorial associado à pobreza, ao tráfico e à violência produz dinâmicas de medo e insegurança que afetam desproporcionalmente as mulheres negras. Diante do medo, porém, as mulheres não se paralisam. As pesquisas revelam um repertório variado de táticas de resistência e redes de solidariedade que reconfiguram o espaço público.

Mulheres lésbicas andam em “bonde” para evitar lesbofobia (Louise Marques, 2021); prostitutas criam códigos de proteção contra clientes violentos e redes de socorro mútuo entre cis e travestis (Sorrentino, 2019; Przybysz, 2022); grupos organizados atuam no resgate e acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica (Ana Santos Marques, 2021); e moradoras em situação de rua constroem entre si redes que representam, umas para as outras, o sentido de família e casa (Letícia Marques da Silva, 2024).

Essas táticas envolvem também negociações complexas entre visibilidade e invisibilidade, categorias que não se apresentam como polos fixos, mas como questões políticas situacionais. A visibilidade pode afirmar identidades e conquistar espaços, mas também ampliar a exposição ao controle e à violência. A invisibilidade, frequentemente associada à marginalização, pode operar como proteção e subversão das normas que regulam o espaço público. Assim, ser ou não ser vista constitui uma disputa política sobre presença, legitimidade e pertencimento.

Ana Marques (2021) mostra a importância da visibilidade de jovens mulheres negras no *Hip Hop* feminista em Londrina (um espaço costumeiramente masculino); já Louise Marques (2021) analisa como mulheres lésbicas transformam a invisibilidade compulsória a seu favor, construindo um “território da resistência” (p. 68); e Luiz Ruiz Junior (2022)

e Maria Viana (2022) destacam vulnerabilidades, mas também a importância de dar visibilidade e reconhecimento a mulheres historicamente invisibilizadas.

Terceira ideia-chave: Produções territoriais comunitárias e culturais de mulheres que provocam novos modos de existir com a cidade

As pesquisas demonstram que mulheres negras, periféricas e empobrecidas não são apenas destinatárias da precarização urbana, mas agentes centrais na constituição de redes culturais, movimentos sociais e práticas comunitárias que envolvem corpo, memória, casa, rua, trabalho e vínculos.

As pesquisas realizadas por Thaís Isaias (2017) e Natália da Silva (2018) propõem discutir o espaço como dimensão da interseccionalidade, mostrando como opressão e organização se dão imbricadas nos, pelos, sob e entre os corpos e seus territórios. Já Daiane Nery (2020), Marina de Souza (2022) e Poliana Monteiro (2023) destacam que, nas fissuras criadas pelas faltas e carências estruturais no território emerge uma potente organização coletiva como “tecnologia de reexistência” (Nery, 2020).

Nessas territorialidades, a subversão da lógica excludente do planejamento urbano capitalista ocorre por meio de uma “mão na massa” literal, em que as mulheres assumem o protagonismo da autoconstrução de seus lares e espaços comuns, ressignificando ferramentas e saberes historicamente masculinizados (Monteiro, 2023). Aqui, o corpo-território se reinscreve, reexiste e produz outros territórios, outros saberes, de uma forma não prevista pelo espaço urbano hegemônico.

Essa gestão coletiva do território transborda também para a criação de hortas comunitárias e farmácias vivas que, além do plantio e da soberania alimentar, também estabelecem zonas de segurança, cura e escuta ativa contra a violência doméstica, transformando o cuidado em uma estratégia política de defesa da vida (Monteiro, 2023). E, durante crises agudas, como a pandemia de Covid-19, essa articulação se manifestou na formação de densas teias de solidariedade que supriram a ausência do Estado por meio da distribuição de insumos e do acolhimento, provando que a organização em rede dessas mulheres contém uma ordem própria, pautada em cartas de princípios, comunicação popular e redes de afeto que desafiam o estigma da marginalidade e afirmam o território periférico como um centro de invenção, direito e futuro (Souza, 2022).

Nesse sentido, Marina de Souza (2022, p. 17) observa a “feminização do poder em espaços populares” demonstrando que o urbano é permanentemente

disputado pelas mulheres que, ao quebrarem o monopólio do masculino nas decisões, priorizam, muitas delas, a sobrevivência e a reprodução da vida, articulando-se em redes comunitárias de apoio contra a desnutrição e a miséria nas comunidades.

Outro aspecto é o de que as mulheridades produzem práticas culturais e saberes situados que desestabilizam a lógica hegemônica. Ao problematizarem quem pode habitar, circular e ser reconhecido na cidade, essas expressões não apenas resistem às formas de exclusão, mas também criam horizontes de possibilidades que afirmam novas formas de vida.

Wilians Souza (2023) analisa o movimento LGBTQIA+ como produtor de “territórios de esperança e cidadania” (p. 21), ao territorializar a luta por direitos em bairros antes marcados pela exclusão. Na mesma direção, Ana Barbosa (2023) evidencia corpos trans como territórios epistemológicos, isto é, como espaços de produção de saberes e existências que desafiam o regime cisnormativo das cidades. E Cynthia Bustamante (2023) ressalta a ancestralidade e a matripotência das mulheres negras, enquanto Ana Marques (2024) destaca a “cultura periférica como prática insurgente” (p. 14) na qual a arte, a música e outras expressões coletivas são compreendidas como instrumentos políticos que ressignificam a cidade, abrindo brechas para novas formas de sociabilidade.

Assim, estas pesquisas demonstram como as culturas negra e indígena ressignificam as periferias urbanas, transformando a ancestralidade em força política como nos terreiros ou se organizando como centros produtores de epistemologias outras, como por meio do *Hip Hop* e do *Slam*. Produzem, enfim, outras formas de existir e imaginar o mundo, combatendo estruturas coloniais e opressoras.

Quarta ideia-chave: vidas urbanas, lutas e afetos

Esta quarta ideia-chave aprofunda a análise das lutas e afetos que atravessam as experiências das mulheridades no território urbano. As pesquisas evidenciam um movimento de contestação às epistemologias hegemônicas, acompanhado da valorização de conhecimentos situados. Narrativas de mulheres negras, lésbicas, trans e travestis são reconhecidas como fontes centrais de conhecimento, questionando a suposta neutralidade da ciência (Monteiro, 2023; Souza, 2023; Ruiz Junior, 2022). Essa dimensão se manifesta tanto nas práticas cotidianas de resistência quanto na articulação com políticas públicas, como demonstra o coletivo “As Quitérias”, que utiliza o embasamento acadêmico em Direitos Humanos para reivindicação política (Marques, 2021).

As emoções e afetos emergem como categoria política central. O medo, longe de ser somente ou, muitas vezes, paralisante, estruturando experiências de restrição e vigilância, também pode se converter em solidariedade e ação coletiva. As pesquisas mostram como mulheres compartilham rotas seguras, monitoram deslocamentos umas das outras e criam redes de proteção (Torres, 2019; Monteiro, 2023).

Por outro lado, afetos positivos como alegria, prazer e autoafirmação emergem como resistência: no *Hip Hop*, jovens mulheres negras fortalecem a autoestima coletiva (Santos Marques, 2021); travestis e mulheres trans celebram suas identidades por meio das “artes feministas da existência” (Barbosa, 2023); a produção de territorialidades afetivas (Silva, 2024), espaços estes marcados por vínculos, memórias e cuidado, revela-se como uma forma de resistência contra territórios produtores de desigualdade.

A pesquisa de Letícia Marques da Silva (2024) demonstra como solidariedade e vínculos cotidianos produzem territorialidades afetivas que desafiam a exclusão, especialmente entre mulheres em situação de rua. E Talitha Machado (2016) utiliza a história oral para registrar trajetórias de mulheres que, de outro modo, permaneceriam anônimas, mostrando que narrar a experiência é também se insurgir contra o silêncio.

É nesse movimento que os saberes situados, aqueles que emergem das experiências concretas das mulheridades, de seus corpos, memórias e territórios, se revelam não como objeto de estudo, mas como epistemologia encarnada, tal como Michel de Certeau (1994) destacou ao valorizar as maneiras de fazer dos praticantes da vida ordinária. São saberes que não se deixam capturar pelas grades da ciência moderna, mas que insistem em existir, circular e produzir sentidos outros nas brechas do sistema.

A análise das pesquisas revela que as táticas de luta, cuidado, produção de saberes e afetos estão intrinsecamente vinculadas às desigualdades socioespaciais, atuando tanto na denúncia e no enfrentamento das opressões quanto na criação de sentidos de pertencimento e de alternativas coletivas de existência. As experiências cotidianas de mulheres negras, lésbicas, trans e travestis não se limitam a respostas a um espaço hostil, mas constituem formas ativas de reivindicar e reinventar a cidade, disputar seus sentidos e instaurar territórios de resistência e esperança.

4. Eixo-conector 2: metodologias de pesquisa com mulheres e seus territórios

Se o Eixo 1 concentrou-se nos conteúdos e práticas que emergem da relação entre mulheres e territórios, o Eixo 2 desloca o olhar para os modos de produção desse conhecimento. As três ideias-chaves que o compõem estão articuladas por uma pergunta central: como se produz conhecimento sobre mulheres e territórios?

Primeira ideia-chave - A pluralidade metodológica das pesquisas

As pesquisas analisadas apresentam uma diversidade de abordagens metodológicas, com nítido predomínio de métodos qualitativos, o que é coerente com o esforço de captar aspectos sensíveis, relacionais e afetivos da experiência urbana. Entrevistas semiestruturadas, história oral e observação participante são recorrentes, como nos trabalhos de Talita Machado (2023); Iris Pavan (2022); Leticia Silva (2024); Ana Carolina Santos Marques (2021, 2024).

A etnografia e a “cartografia da escuta” proposta por Ana Barbosa (2023), como uma escuta implicada que registra vivências de pessoas subalternizadas, revelam-se fundamentais para acessar as múltiplas camadas das experiências urbanas. Metodologias participativas como o *Photovoice* (Silva, 2022), em que os sujeitos registram e analisam suas próprias experiências, materializam o compromisso com a valorização dos saberes locais e a construção de epistemologias situadas.

Algumas investigações recorrem a métodos quantitativos ou mistos, como análise de redes sociais, modelagem cartográfica e microssimulações espaciais – esta última utilizada, por exemplo, para mapear a distribuição territorial da violência contra mulheres (Fortes, 2022). Embora minoritárias, essas abordagens permitem descrever padrões objetivos que, articulados aos relatos qualitativos, enriquecem a compreensão dos fenômenos.

A escolha metodológica, portanto, não é neutra. Ela reflete concepções de ciência e de sujeito, e as pesquisadoras do *corpus* aqui selecionado, ao privilegiarem métodos participativos e sensíveis, alinham-se à crítica feminista e decolonial à pretensa neutralidade do conhecimento, desenvolvida, em boa parte, pela modernidade.

Segunda Ideia-chave: Conceitos para pensar resistências

As pesquisas do corpus mobilizam um repertório conceitual diverso, que pode ser agrupado em três grandes eixos analíticos. O primeiro eixo reúne conceitos voltados à compreensão das estruturas de opressão que incidem sobre os corpos e territórios. A interseccionalidade, mobilizada por Kimberlé Crenshaw (1989, 2002), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e/ou Carla Akotirene (2019), é o conceito basilar, presente em todas as pesquisas para desvelar a sobreposição de desigualdades que marcam as trajetórias de mulheres negras, periféricas, lésbicas e trans.

A ele se somam as noções de colonialidade do poder (Quijano, 2000) e colonialidade de gênero (Lugones, 2008), mobilizadas por pesquisas como a de Natália da Silva (2018) para demonstrar como estruturas coloniais seguem operando na produção do espaço urbano e na subalternização de corpos racializados.

Conceitos foucaultianos como biopolítica e governamentalidade, aparecem em estudos que analisam os mecanismos de controle da circulação de mulheres nos espaços públicos e os regimes de vigilância que incidem sobre corpos dissidentes como nos trabalhos de Cynthia Bustamante (2023), Wilians Souza (2023), Anderson Silva (2023), Leticia Silva (2024), Louise Marques (2021), Ana Barbosa (2023) e Juliana Przybyysz (2017).

Um segundo eixo agrupa conceitos que enfatizam a dimensão espacial das desigualdades e resistências. Território como espaço vivido (Santos, 2006), arena de disputas (Massey, 2008) e multiterritorialidades (Haesbaert, 2013) são mobilizados para compreender como a localização periférica, a segregação e os fluxos urbanos estruturam a experiência das mulheridades.

A noção de corpo-território (Cabnal, 2010), central em pesquisas como a de Juliana Przybyysz (2017), articula corporeidade e espacialidade, mostrando como o corpo feminino é, ele mesmo, território em disputa. Outras denominações, como “território-corpo” (Haesbaert, 2020) e “o corpo como primeiro território” (na perspectiva das feministas latino-americanas e da Abya Yala) frequentemente dialogam com perspectivas decoloniais, feministas e ecofeministas nas pesquisas de Natalia Silva (2018), Livia Sampaio (2021), Janaína Silva (2024) e Isis Teixeira (2024).

Um terceiro eixo congrega conceitos de resistência, como a performatividade de gênero (Butler, 2003) em Machado (2016) e Nery (2020), e a noção de identidade de Stuart Hall (2011), mobilizada por Marques (2024), Silva (2024) e Barbosa (2023) para compreender a construção de sujeitos políticos.

Já as pesquisas de Luiz Ruiz Junior (2022) e de Carolina Marques (2024) discutem como movimentos sociais urbanos mobilizam o conceito de cidadania insurgente (Holston, 2009) para analisar como mulheres em ocupações, conselhos comunitários e coletivos feministas, produzem alternativas de participação e políticas públicas.

A interlocução entre conceitos como interseccionalidade, biopolítica, governamentalidade, identidade, território, multiterritorialidade, corpo-território, mobilidade espacial, performatividade de gênero, colonialidade do poder e de gênero, segregação, bem como noções como as de direito à cidade e produção social do espaço, quando relacionados à problemática das mulheres, constituem um repertório analítico denso e consistente para interpretar as dinâmicas de exclusão e resistência que atravessam essa relação entre mulheres e vida urbana.

Estes referenciais, para além de darem visibilidade às desigualdades, permitem afirmar a centralidade das mulheres na disputa pelo direito à cidade, desestabilizando a suposta neutralidade dos projetos de planejamento urbano e apontando para a necessidade de alternativas mais inclusivas, plurais e socialmente justas.

Terceira ideia-chave: As diversas dimensões da interseccionalidade na análise

Esta terceira ideia-chave sistematiza as dimensões da desigualdade mais mobilizadas nas pesquisas em sua relação com o território, oferecendo um olhar meta-analítico sobre o próprio uso da interseccionalidade. Todas as 30 pesquisas realizam análises interseccionais, ainda que com diferentes graus de abrangência. Algumas articulam simultaneamente gênero, raça, classe, geração, território e sexualidade; outras focalizam algumas dessas dimensões de modo mais específico.

A dimensão econômica aparece em 24 pesquisas (80% do corpus), reafirmando que as condições materiais de vida influenciam fortemente as possibilidades de circulação, moradia e acesso a direitos na cidade. Tal perspectiva encontra eco na filósofa estadunidense Angela Davis (2016), para quem a exploração econômica é indissociável da opressão de gênero e raça.

A dimensão racial aparece em 23 pesquisas (76,6%), marcando sua centralidade nas análises. Frequentemente associada a processos de segregação socioespacial, ela revela como as mulheres negras enfrentam formas específicas de violência, exclusão e marginalização, em diálogo com a intelectual bell hooks (1995), que sustenta a impossibilidade de compreender

a experiência feminina sem considerar a interação entre sexismo, racismo e classismo.

As questões urbanas são tratadas por todas as pesquisas. Em quase metade delas (46,6%), os estudos abordam a origem geográfica (migrações, mudanças de cidade ou mobilidades residenciais) e a localização espacial, analisando como o bairro ou as regiões periféricas impactam o acesso a serviços, direitos e oportunidades.

Sobre tais pesquisas, nota-se que trajetos e trajetórias de circulação e moradia significam, muitas vezes, deixar lugares passados e construir novas redes; passar a percorrer distâncias antes não percorridas; ou ainda percorrer distâncias enormes entre a casa e o trabalho, os estudos, o lazer e o cuidado de familiares. Nesse sentido, o sociólogo Vincent Kaufmann (2008) distingue deslocamento de mobilidade. Deslocamentos forçados e exaustivos não constituem mobilidade propriamente dita, pois esta implica escolha, prazer e transformação do sujeito.

Idade e geração aparecem em 11 trabalhos (36,6%), apontando diferenças entre jovens e idosas. A sexualidade tem destaque em 14 pesquisas (46,6%), revelando como lésbicas, mulheres trans e travestis enfrentam exclusão e violência específicas no urbano.

Por fim, uma lacuna importante merece registro: nenhuma das pesquisas analisadas aborda, de forma interseccional, a experiência de mulheres com deficiência no território urbano. Essa ausência sinaliza um campo a ser urgentemente explorado por futuras investigações.

Considerações em processo: saberes que emergem e algumas lacunas

Este artigo demonstrou que as mulheridades criaram táticas de desvios de percursos, redes de solidariedade silenciosas, ocupações provisórias e usos imprevistos de espaços. Foram destacadas formas de resistência que garantiram a sobrevivência, a dignidade, a invenção e a reinvenção constante de outros modos de existir. Elas demonstraram como as desigualdades múltiplas produzem e são produzidas pelo território, mas também como as táticas podem criar epistemologias contra-hegemônicas, saberes situados e conhecimentos corporificados, ancestrais e comunitários que podem vir a fazer fissuras e desestabilizar as estruturas urbanas hegemônicas.

Evidenciou-se, primeiramente, que os estudos sobre deslocamento de mulheres nas cidades, tradicionalmente focados em transporte, distância e problemas de percurso, quando ampliados para a noção de mobilidade

espacial (compreendida como prática social e cultural que transforma a pessoa que a pratica), adensam significativamente suas análises, revelando dimensões subjetivas e políticas antes invisibilizadas.

Em segundo lugar, as pesquisas denunciam que a gestão e a crítica ao planejamento urbano são usualmente conduzidas por homens urbanistas, engenheiros e arquitetos, ignorando as experiências e necessidades das mulheridades, que vivenciam e pensam a cidade de outras formas. Diante desse silenciamento, as pesquisas mostram que as mulheres não se paralisam. Ao contrário, criam circuitos coletivos e solidários, produzindo cotidianamente respostas próprias frente à hostilidade patriarcal, racista e classista que caracteriza as cidades, e, ainda, entrando cada vez mais intensamente nestas áreas e também, fazendo-se representar na arena política.

Assim, a intersecção mulheridades-territórios demonstra que o espaço urbano não é um cenário inerte, mas jogador ativo na produção das desigualdades. Nesse jogo de tensões, as mulheridades, exímias jogadoras, ao mesmo tempo em que são tensionadas pelas limitações estruturais da cidade, também tensionam o território. Reconfiguram práticas, produzem saberes e afetos, afirmam corpos e instauram territórios insurgentes.

Mas, sobre essa dupla relação, exclusão e resistência, é preciso estar alerta para não romantizar as ações insurgentes. Embora revelem protagonismo político, as redes de solidariedade e os circuitos de autonomia emergem, muitas vezes, do vazio deixado por políticas públicas ineficazes. Exaltar a resiliência das mulheres sem denunciar a precariedade que as obriga a suprir, por conta própria, as falhas de infraestrutura e segurança, pode invisibilizar a desigualdade estrutural das cidades. A insurgência deve ser vista como força de transformação, não como justificativa para a negligência estatal ou para a sobrecarga das mulheres na gestão da sobrevivência cotidiana.

A análise das pesquisas também demonstrou a potência do termo mulheridades para nomear a imensa diversidade de experiências do feminino no território urbano, um termo que guarda em seu cerne a semente da interseccionalidade.

Para além dos avanços identificados, persistem lacunas importantes. A mais significativa é a própria invisibilidade da relação entre mulheridades e território no campo mais amplo dos estudos interseccionais: apenas 1,2% das pesquisas que mobilizam a interseccionalidade no BDTD abordam essa articulação. O dado evidencia a urgência de incorporar a dimensão espacial nas análises, seja como marcador, seja transversalmente.

Outras lacunas merecem destaque, como a ausência de estudos sobre mulheres com deficiência e o incipiente diálogo com o campo da Educação, que poderia contribuir com reflexões sobre pedagogias feministas, escolas como territórios de resistência e o próprio território como currículo.

É pelas mulheridades visibilizadas nestas pesquisas que compreendemos: a cozinha comunitária vira espaço político, a calçada vira ponto de encontro, a rua vira manifestação, a moradia ocupada vira território de luta. São elas que ensinam que é preciso disputar sentidos e instaurar, cotidianamente, territórios de resistência e esperança.

Por fim, as pesquisas analisadas fortalecem territórios e epistemologias insurgentes no debate urbano ao incorporarem perspectivas feministas críticas e do feminismo latino-americano, decolonial ou descolonial. Ao romper com paradigmas universalistas, valorizar experiências situadas e afirmar afetos e corporeidades como dimensões políticas, elas ampliam as possibilidades de compreender os modos de reexistência que emergem diante da opressão. Mais do que isso, ensinam que a cidade não é apenas território de desigualdades, mas também campo de disputa, criação e esperança, e que as mulheridades, com suas práticas cotidianas, saberes ancestrais e redes de solidariedade, estão na linha de frente dessa luta por cidades mais justas, plurais e vivíveis.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Luiza Santos. **Mulheres Negras e o Espaço Privado**: uma análise interseccional a partir da cozinha. 2023. 146 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

AUTHIER, Jean-Yves. La question des “effets de quartier” en France. Variations contextuelles et processus de socialisation. In: AUTHIER, Jean-Yves; Bacqué, Marie-Hélène; Guérin-Pace, France. **Le Quartier**: enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales. Paris: La Découverte, 2006.

AZEVEDO, Rebeca da Rocha. **As casas**: os sentidos de lugar diante das experiências de mulheres em São Gonçalo. 2024. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

BARBOSA, Ana Carolina Santos. **Por espacialidades de trans-existência**: trânsitos entre os sistemas normativos e a (re)apropriação do corpo. 2023. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Geografia, Niterói, 2023.

BUSTAMANTE, Cynthia Braulio Alvim. **Ambivalências urbanas**: o protagonismo da população negra em Belo Horizonte - matripotência, ancestralidade e reparação. 2023. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CABNAL, Lorena. Abordagem para a construção da proposta de pensamento epistêmico das mulheres indígenas feministas da comunidade de Abya Yala. **Momento de paro Tempo de Rebelião**, v. 116, n. 3, p. 14-17, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro Como Não-Ser Como Fundamento do Ser**. Tese (Doutorado) - USP. São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Volume - 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLLINS, Patrícia Hill. **O que é Interseccionalidade?** P. 15-51. In COLLINS, Patrícia Hill. BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalización de la intersección de raza y sexo: una crítica feminista negra de la doctrina antidiscriminatoria, teoría feminista y política antirracista. **Foro jurídico de la Universidad de Chicago**, v. 1989, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Ano 10, pp. 171-188, 1º semestre de 2002.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación Bogotá: Brecha Lésbica en la frontera, 2013.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Editorial Boitempo, 2016.

FERREIRA, Valéria Milena Rohrich. **Tecendo uma cidade modelar**: relações entre escola, currículo e projeto da cidade de Curitiba. Revista Educação (PUCRS. Impresso), v. 39, p. 33-45, Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, Valéria Milena Rohrich; SANTOS, Márcia Cristina dos; SANTOS, Rojanira Roque. Épistémologies spatiales productrices d'invisibilité et épistémologies de résistance dans le rapport de jeunes avec la ville de Curitiba – Brésil. Trabalho apresentado no 22. **Congrès International des sociologues de langue française – Sciences, savoirs et sociétés**, Ottawa, 2024.

FORTES, Laura Mattos. Sistema cicloviário e as desigualdades de gênero, classe e raça em cinco capitais brasileiras. 2022. 194 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FRICKER, Miranda. **Injustiça Epistêmica**: O poder e a ética do conhecimento. Tradução: Breno R. G. Santos. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2023. Título original: Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing.

GALICHO, Bruna dos Santos. **Caminhos da Diferença**: corpo e cidade na circulação das mulheres da periferia sul de São Paulo. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

GARCÍA-TORRES, Miriam *et al.* Extrativismo e (re)patriarcalização dos territórios. In: BLAU, Estúdio Alles; MIJANGOS, Amanda. **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução de Lina P. Machado Magalhães. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

GONZÁLEZ, Alicia Migliaro *et al.* Interseccionalidades no corpo-território. In: BLAU, Estúdio Alles; MIJANGOS, Amanda. **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução de Lina P. Machado Magalhães. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, 22(48), p. 75-90, 2020.

HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI Maristela (org.) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular. 2ª ed. Ver. 2013. p. 17-37.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. 102 p.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 2, p. 191-204, 2016.

HOOKS, Bell. Intelectuais negros. **Estudos feministas**, v. 2, pág. 464, 1995.

ISAÍAS, Thais Lopes Machado. **Mulheres em luta**: feminismos e direito nas ocupações da Izidora. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

KAUFMANN, Vincent. **Les paradoxes de l'immobilité, bouger, s'enraciner**. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, 2008.

LEAL, Anna Leticia Araújo. **Interseccionalidade e Cidade**: a experiência de mulheres negras na comunidade Cidade Cristo Rei em Montes Claros – MG.

2022. 114 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tábula rasa**, n. 9, pág. 73-102, 2008.

MACHADO, Talita Cabral. **A cidade das mulheres feministas**: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MARQUES DA SILVA, Leticia Gonçalves. **Na rua a gente nunca consegue construir uma casa**: as trajetórias invisíveis de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

MARQUES, Ana Carolina dos Santos. **Práticas espaciais da cultura periférica de jovens mulheres negras na constituição de periferias vivíveis**. 2024. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

MARQUES, Louise Hermania de Oliveira. **Mulheres que amam mulheres**: direitos humanos, territórios e visibilidade. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, João Pessoa, 2021.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método para uma crítica da colonialidade da Razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. **Revista direito e praxis**, v. 10, n. 03, p. 2007-2032, 2019.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves. **Por imaginações feministas e uma ontologia de Abya Yala**: uma jornada de luta feminista pelo direito ao território e à vida na Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2023. 273 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

NERY, Daiane da Silva Pacheco. **A produção social do espaço urbano e o direito à moradia das mulheres**: uma análise interseccional das relações sociais de gênero, raça e classe na cidade do Rio de Janeiro. 2020. 231 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PAVAN, Iris Leonhardt. **Segregação urbana e divisão sexual do trabalho**: um olhar interseccional sobre a reprodução cotidiana de desigualdades em Brasília. 2023. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasília, 2023.

PRADO, Nathalie do. **Mobilidade a pé e as mulheres**: conceitos em disputa e história em movimento nas transformações urbanas em São Paulo. 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PRZYBYSZ, Juliana. **Nem Santas Nem Putas, Apenas Mulheres**: Espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa – PR. 2017. 363 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber**: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RIBEIRO, Andressa Lopes. **Mobilidade do cuidado**: Estudo de casos múltiplos entre centralidade e periferia urbana para um planejamento feminista. 2023. 184 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

RUIZJUNIOR, Luiz Donizetti. **[Re]Imaginar os espaços de luta no planejamento**: experiências e vivências LGBTQ+. 2022. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SAMPAIO, Livia Perfeito. **Mulheres e subúrbios cariocas: uma perspectiva feminista interseccional da segregação espacial na vida cotidiana**. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Márcia Cristina dos. **“Da ponte pra cá é outras ideia”**: cidade, educação e desigualdades nas configurações sociais de jovens poetas das periferias urbanas brasileiras. 2023. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

SANTOS MARQUES, Ana Carolina dos. **As espacialidades instituídas pelas jovens mulheres negras na e por meio da cultura Hip Hop em Londrina** (PR). 2021. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Anderson de Andrade. **Mobilidade urbana e gênero**: efeitos no acesso e permanência de mulheres no ensino superior. 2023. 236 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2023.

SILVA, Janaina Léia Passos. **Entre banheiros**: sofrimentos e resistências de mulheres amazônidas durante a trajetória de escolarização no ensino superior. 2024. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Natalia Alves da. **Feminismo Negro e Produção do Espaço**: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, 2018.

SORRENTINO, Isa da Silva. **Territorialidade e vulnerabilidade ao HIV e outras IST**: etnografia entre mulheres profissionais do sexo no bairro da Luz (SP). 2019. 164 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SOUZA, Marina Coelho. **Em prol da trajetória delas**: entre ocupações e despejos na grande Vitória - ES. 2022. 81 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira. **“Aqui se respira luta, aqui se pinta diversidade”**: por uma leitura socioespacial e socioterritorial do movimento LGBTQIA+ brasileiro. 2023. 351 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

TEIXEIRA, Isis Detomi. **Contribuições de uma perspectiva interseccional sensível ao espaço**. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

TORRES, Nildamara Theodoro. **A circulação das mulheres nas cidades**: sobre transportes coletivos e as várias faces do cotidiano urbano. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas

e Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

VIANA, Maria dos Remédios Brito. **Na Igreja, no sindicato, na universidade, na rua:** os movimentos feministas no “Portal da Amazônia”. 2022. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

Recebido em setembro de 2025.

Aceito em maio de 2026.